

FALA! Intersindical

Intersindical dos Profissionais de Nível Médio e Universitário da CELESC
SENTE/SC - SINTEC/SC - SINDECON/SC - SINCOPOLIS



A INTERSINDICAL convoca todos os participantes para manifestação em frente à Celos (edifício Alpha Centauri, Avenida Hercílio Luz), na próxima quarta-feira, dia **05 de abril, a partir das 9h**, para acompanhar a votação do relatório. Participe, traga seu cartaz ou faixa e demonstre sua indignação com tudo que está acontecendo com o seu dinheiro, colocando em risco seu futuro.

Finalmente, vai acontecer a votação do relatório PAD FIP GEP

Após certo conselheiro levantar uma série de questionamentos, o que levou à prorrogação da votação do relatório do Processo Administrativo Disciplinar - PAD FIP GEP (A CELOS investiu R\$25 milhões na primeira emissão de cotas do FIP GEP, realizando os aportes entre 26/12/2008 e 07/10/2011. Nova subscrição de R\$ 40 milhões ocorreu na segunda emissão de cotas, com os aportes sendo realizados entre 25/10/2011 e 01/04/2013, totalizando um investimento de R\$ 65 milhões), instaurado pelo Conselho Deliberativo (COD) após sindicância interna no Fundo de Investimento em Participações Global Equity Properties – FIP GEP do Conselho Deliberativo da Celos (COD), finalmente, no próximo dia 05, ocorrerá a votação do relatório.

A prorrogação gerou mais expectativa entre os participantes, que esperam, ansiosamente, pela punição exemplar dos responsáveis (a análise e recomendação dos investimentos é atribuição do Diretor Administrativo Financeiro, devidamente assessorado pelo chefe da Divisão de Gestão de Investimentos), para que sirva de exemplo aos atuais e futuros gestores, haja vista, fortes evidências do descumprimento do dever fiduciário (obrigação de atuar única e exclusivamente no melhor interesse de seus participantes), pois, qualquer desvio, por menor que seja, caracteriza infração grave. Então, imagine um investimento com interesses espúrios, que gerou um prejuízo de R\$ 132 milhões.

Mas, infelizmente não é só o FIP GEP que teve prejuízo. Outros nove fundos de investimentos estão sendo investigados na Operação da Polícia Federal, denominada "Greenfield". Podemos citar: Multiner, Sondas, OAS empreendimentos, Enseada, RG Estaleiros e outros.

Abaixo, transcrevemos partes do relatório do MPF e PF:

“Em oito dos dez casos examinados nesta petição (em que foram utilizados FIPs – Fundos de Investimento em Participação), o modus operandi encontrado é praticamente idêntico.

- *Primeiramente (primeira etapa da via criminosa), decide-se aplicar recursos dos Fundos de Pensão em empresas com problemas financeiros, ou cujos riscos de empreendimentos são altos e desproporcionais as expectativas de lucro, sendo desaconselháveis os investimentos desde o ponto de vista econômico-financeiro; trata-se, portanto, de investimentos que não seriam realizados por agentes de mercado sem vínculos com a organização criminosa. Nessa fase da atividade criminosa, são realizadas reuniões e acertados acordos entre o grupo econômico (do núcleo empresarial da organização criminosa - ORCRIM) e diretores presidentes, de participação ou de investimentos dos Fundos de Pensão (núcleo dirigente de Fundos de Pensão), em conjunto – suspeita-se – com autoridades políticas que tenham clara ascendência sobre os diretores dos Fundos de Pensão que são indicados pelas entidades patrocinadoras.*
- *Num quarto momento do modus operandi constatado, passam a atuar pessoas ligadas ao núcleo de dirigentes dos Fundos de Pensão. Em especial, são realizados pareceres por pessoas ligadas às respectivas Gerências de Participação, Gerências de Investimentos, Diretorias de Participação e Diretorias de Investimentos dos Fundos de Pensão vitimados, a fim de levar às Diretorias Executivas das EFPC, as propostas de resoluções que permitirão seus respectivos aportes de capital no FIP. Nesse momento, os diretores dos Fundos de Pensão investigados, mesmo sem os pareceres de governança, jurídicos e/ou de riscos haver sido adequadamente disponibilizados, decidem em favor dos aportes de capital (em novos FIPs, ou em FIPs existentes, ou ainda em reestruturações de FIPs existentes). É nesse momento, com os consequentes aportes de capital indevidos nos FIPs, que se consuma a etapa principal da empreitada criminosa.*
- *Para garantir a concretização da finalidade criminosa, entre os quarto e quinto momentos da via criminosa, é importante ainda a atuação de outro núcleo da organização criminosa: o núcleo de gestores e administradores dos FIPs. Não está claro ainda o papel total desse núcleo na atividade criminosa, mas já é possível afirmar que o mencionado núcleo da ORCRIM beneficiou-se diretamente do esquema, em razão de ter auferido taxas de administração que, sendo proporcionais aos valores contabilizados das cotas, e sendo esses valores superestimados, acabou sendo beneficiado com o pagamento desproporcional ao que seria devido caso não houvesse a sobreprecificação de ativos.*
- *Existe ainda um quinto momento da atividade criminosa que ainda não está devidamente descortinado, devendo ser objeto de futura abordagem pela Operação Greenfield: o momento em que o dinheiro escoado dos Fundos de Pensão para as empresas do núcleo empresarial é destinado para finalidades e patrimônios escusos. Somente com o avanço da investigação criminal poderá ser devidamente esclarecida essa última etapa ilícita. Conforme se observa, para a atividade criminosa ora investigada ser concretizada, foi necessário o concurso de cinco núcleos da organização criminosa, quais sejam: (i) o núcleo empresarial; (ii) o núcleo dirigente de Fundos de Pensão; (iii) o núcleo político; (iv) o núcleo de empresas avaliadoras; e o (v) núcleo de gestores e administradores dos FIPs.”*

A transcrição integra o documento oficial, disponível no site do Ministério Público Federal:

<http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/greenfield-doc-11>. Nas páginas 46 a 55 o relatório detalha as ilicitudes cometidas no **FIP Multiner** e nas páginas 123 e 124 o relatório detalha o **FIP GEP**.

É obrigação do COD da Celos a abertura de um PAD para o FIP Multiner, que até julho/2016 acumulava prejuízo de 61 milhões. Também, como já dissemos, punição aos responsáveis que atingiram diretamente 8.500 famílias, encaminhamento de todos os documentos aos órgãos competentes (Previc, PF, MPF etc.), pois, estará caracterizado crime ao sistema financeiro, disponibilização a todos os participantes do relatório e a situação atual do fundo. **Informações mais aprofundadas sobre FIP GEP: <http://www.observatoriocelos.blogspot.com.br>**

INTERSINDICAL NA LUTA POR UMA EMPRESA PÚBLICA E EFICAZ.

FILIE-SE AO SINDICATO DE SUA CATEGORIA

SENGE/SC - SINTEC/SC - SINDECON/SC - SINCÓPOLIS

Jornalista Responsável: Mylene Margarida MTb/SC 00318 JP - Diagramação: Acerte Comunicação

Unimed  **UNIODONTO**
PLANOS ODONTOLÓGICOS
convenios@senge-sc.org.br

CONVÊNIO SENGE

Somente no SENGE- SC TODOS profissionais das Intersindicaís podem usufruir dos nossos Planos UNIMED E UNIODONTO. E mais: nossos planos são extensivos a toda família.